

SUMÁRIO

TÍTULO I – FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL	1
Capítulo I – Direito Penal	1
Considerações gerais.....	4
1. Conceito, funções e caracteres	10
2. Ciência do Direito Penal, Política Criminal e Criminologia	12
3. Direito Penal e outros ramos do ordenamento jurídico: delimitação	14
3.1. Direito Penal e Direito Constitucional	14
3.2. Direito Penal e Direito Administrativo	16
3.3. Direito Penal e Direito Processual Penal.....	18
3.4. Direito Penal e Direito Privado	19
Capítulo II – Síntese Histórica do Pensamento Jurídico-Penal	20
Considerações gerais.....	26
1. Direito Penal arcaico. Antiguidade pré-romana.....	27
2. Direito Penal romano.....	32
3. Direito Penal germânico	44
4. Direito Penal canônico.....	49
5. Direito Penal comum (Séc. XIII-XVIII)	52
6. Período humanitário. Movimento codificador.....	62
7. Escolas e tendências penais	69
7.1. Escola clássica	69
7.2. Escola positiva.....	73
7.3. Escola crítica	76
7.4. Escola moderna alemã.....	77
7.5. Escola penal humanista	78
7.6. Escola técnico-jurídica.....	78
7.7. Escola correcionalista.....	79
7.8. Movimento de defesa social	81
8. Evolução epistemológica do Direito Penal: fases principais	82
8.1. Positivismo	82
8.2. Neokantismo	85
8.3. Finalismo	91
8.4. Normativismo	94

8.4.1. Normativismo teleológico-funcional.....	95
8.4.2. Normativismo funcionalista sistêmico	96
9. Apreciação crítica	99
10. Garantismo jurídico penal	102
11. Direito Penal do inimigo	104
12. Evolução histórica do Direito Penal brasileiro	110
12.1. Período colonial.....	110
12.2. Código Criminal do Império	115
12.3. Período republicano	118
Capítulo III – Princípios Fundamentais do Direito Penal	121
Considerações gerais.....	126
1. Princípio de legalidade ou de reserva legal	129
1.1. Conteúdo e fundamento.....	129
1.2. Garantias e consequências.....	134
2. Princípio de dignidade da pessoa humana	139
3. Princípios de culpabilidade e imputação subjetiva	141
3.1. Princípio de culpabilidade.....	141
3.2. Princípio de imputação subjetiva	143
4. Princípio de exclusiva proteção de bens jurídicos.....	145
5. Princípios de intervenção mínima e fragmentariedade	147
6. Princípios de pessoalidade e individualização da pena.....	149
7. Princípio de proporcionalidade.....	151
8. Princípio de humanidade	154
9. Princípio de adequação social.....	156
10. Princípio de insignificância.....	160
11. Princípio de <i>ne bis in idem</i>	163
12. Princípio de segurança jurídica	166
Capítulo IV – Teoria da Lei Penal.....	170
1. Fontes do Direito Penal.....	177
1.1. Costume.....	186
1.2. Jurisprudência.....	188
1.3. Doutrina	189
1.4. Tratado Internacional	190
2. Norma e lei penal.....	191
2.1. Conceito.....	191
2.2. Estrutura lógica da norma jurídico-penal.....	203

3. Lei penal em branco	208
4. Interpretação e aplicação da lei penal	210
4.1. Interpretação	210
4.2. Aplicação	219
4.2.1. Argumento analógico.....	219
4.2.2. Argumento analógico, norma penal incriminadora e não incriminadora – limitações	219
4.2.3. Princípios gerais de Direito	221
4.2.4. Equidade	222
5. Âmbito temporal da lei penal	223
5.1. Irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável.....	224
5.2. Lei excepcional ou temporária e lei penal em branco	225
5.3. Tempo do crime.....	226
6. Âmbito espacial da lei penal.....	227
6.1. Princípios fundamentais.....	228
6.2. Conceito de território nacional	229
6.3. Lugar do delito.....	231
6.4. Extraterritorialidade.....	231
6.4.1. Imunidade diplomática.....	232
6.4.2. Imunidade parlamentar	235
6.5. Extradicação.....	239
6.5.1. Considerações gerais	239
6.5.2. Fundamento e natureza jurídica	240
6.5.3. Escorço histórico.....	243
6.5.4. Conceito e espécies	245
6.5.5. Princípios e condições.....	246
6.5.6. Limitações à extradicação	247
6.6. Deportação e expulsão.....	257
7. Concurso aparente de leis penais	258
7.1. Conceito e pressupostos	258
7.2. Critérios para a resolução do concurso aparente de leis	260
Capítulo V – Direito Penal Internacional	265
Considerações gerais.....	269
1. Jurisdição penal supranacional.....	269
1.1. Tribunais Militares Internacionais de Nuremberg e Tóquio	271
1.2. Tribunais Penais Internacionais (TPIs) <i>ad hoc</i>	273
2. Estatuto do Tribunal Penal Internacional.....	275

2.1. Crime contra a humanidade	279
2.1.1. Introdução	279
2.1.2. Bem jurídico tutelado.....	281
2.1.3. Elementos.....	282
2.1.4. Elementos constitutivos gerais.....	284
2.1.4.1. Ataque.....	284
2.1.4.2. Caráter generalizado ou sistemático.....	285
2.1.4.3. Política de um Estado ou de uma organização	286
2.1.4.4. A população civil como objeto do ataque.....	289
2.1.5. Elemento subjetivo geral (<i>mens rea</i>)	290
2.1.6. Tipo objetivo	292
2.1.7. Homicídio (art. 7.º, 1, <i>a</i> , do ETPI).....	292
2.1.8. Extermínio (art. 7.º, 1, <i>b</i> , do ETPI).....	293
2.1.8.1. Sujeição intencional a condições de vida com vista a causar a destruição de uma parte da população	295
2.1.9. Escravidão (art. 7.º, 1, <i>c</i> , do ETPI).....	296
2.1.10. Deportação ou transferência forçada de uma população (art. 7.º, 1, <i>d</i> , do ETPI)	298
2.1.11. Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave (art. 7.º, 1, <i>e</i> , do ETPI)	299
2.1.12. Tortura (art. 7.º, 1, <i>f</i> , do ETPI)	301
2.1.13. Agressão sexual (estupro), escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável (art. 7.º, 1, <i>g</i> , do ETPI).....	303
2.1.13.1. Estupro	303
2.1.13.2. Escravidão sexual	304
2.1.13.3. Prostituição forçada.....	305
2.1.13.4. Gravidez forçada	306
2.1.13.5. Esterilização forçada.....	308
2.1.13.6. Qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.....	308
2.1.14. Perseguição de um grupo ou coletividade (art. 7.º, 1, <i>h</i> , do ETPI)	310
2.1.15. Desaparecimento forçado de pessoas (art. 7.º, 1, <i>i</i> , do ETPI)	312
2.1.16. Crime de <i>apartheid</i> (art. 7.º, 1, <i>j</i> , do ETPI)	315
2.1.17. Outros atos desumanos de caráter semelhante (art. 7.º, 1, <i>k</i> , do ETPI)	318
2.1.18. Conclusão	319

2.2.	Crime de genocídio.....	321
2.3.	Crime de guerra.....	329
2.4.	Crime de agressão	330
3.	Asilo.....	331
3.1.	Considerações gerais.....	331
3.2.	Conceito e espécies.....	334
3.3.	Natureza jurídica	336
Capítulo VI – Bem Jurídico-Penal.....		340
Considerações gerais.....		345
1.	Evolução conceitual e funções do bem jurídico	348
1.1.	Síntese evolutiva.....	348
1.2.	Conceito de bem jurídico	354
1.2.1.	Bem jurídico e objeto da conduta: delimitação conceitual	357
1.3.	Funções do bem jurídico	363
1.4.	Teorias sociológicas.....	364
2.	Bem Jurídico Penal e Constituição.....	366
2.1.	Teorias Constitucionais	366
2.2.	Noção material-constitucional de bem jurídico.....	368
2.2.1.	Bem jurídico individual e transindividual: peculiaridades.....	378
TÍTULO II – TEORIA JURÍDICA DO DELITO		383
Introdução.....		383
Capítulo VII – Conceito de Delito.....		385
Considerações gerais.....		388
1.	Conceitos	389
2.	Classificação das infrações	398
2.1.	Classificação doutrinária.....	400
Capítulo VIII – Ação e Omissão		410
1.	Conceito de ação e de omissão	415
2.	Teorias da ação.....	419
2.1.	Teoria causal-naturalística.....	419
2.2.	Teoria causal-valorativa	421
2.3.	Teoria social	422
2.4.	Teoria finalista.....	423
2.5.	Teoria personalista da ação	430
2.6.	Teoria da evitabilidade individual.....	431

2.7.	Teoria da ação significativa	432
2.8.	A metodologia ontoaxiológica e o sentido social típico da conduta: crítica à doutrina positivista-normativa	434
2.8.1.	Considerações gerais	434
3.1.	O papel da diretriz ontoaxiológica na construção da moderna teoria jurídica do delito.....	436
3.2.	A atribuição do sentido social típico nos delitos dolosos: a finalidade... ..	440
3.3.	A conduta humana como unidade causal-final de sentido	445
3.4.	Considerações finais	453
4.	Relação causal	455
4.1.	Conceito e teorias.....	455
5.	Teoria da omissão	461
5.1.	Delitos omissivos: divisão.....	466
6.	Ausência de ação e de omissão	477
Capítulo IX – Teorias da Imputação Objetiva do Resultado		479
	Considerações gerais.....	485
1.	Antecedentes históricos	485
1.1.	Origem clássica: Platão, Aristóteles, Pufendorf e Hegel.....	485
1.2.	Origem moderna: Karl Larenz e Richard Honig.....	488
2.	A concepção de Claus Roxin.....	490
3.	A imputação objetiva como teoria do tipo (objetivo): a concepção de Jakobs... ..	494
Capítulo X – Delito como Ação Típica		502
1.	Conceito de tipo.....	505
2.	Tipicidade e ilicitude	509
2.1.	Desvalor da ação, desvalor do resultado e desvalor do estado	512
2.2.	Classificação estrutural dos tipos	514
3.	Tipo de injusto de ação doloso	516
3.1.	Tipo objetivo e tipo subjetivo	516
3.2.	Elemento subjetivo geral: o dolo	520
3.3.	Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo)	531
4.	Tipo de injusto de ação culposo	534
4.1.	Conceito e elementos	534
4.2.	Modalidades de culpa	540
4.3.	Espécies de culpa	541
4.4.	Dolo eventual e culpa consciente	543
4.5.	Delito culposo e imputação objetiva.....	547

Capítulo XI – Delito como Ação Ilícita	551
1. Ilicitude	553
2. Causas de justificação	557
2.1. Estado de necessidade.....	560
2.1.1 Considerações gerais	560
2.1.2. Conceito e fundamento.....	561
2.1.3. Requisitos.....	565
2.2. Legítima defesa	566
2.2.1 Considerações gerais	566
2.2.2. Conceito e fundamento.....	567
2.2.3. Requisitos.....	569
2.3. Estrito cumprimento de dever legal.....	570
2.3.1. Conceito e fundamento.....	570
2.3.2. Colisão de deveres	571
2.3.3. Requisitos.....	573
2.4. Exercício regular de direito	573
2.4.1. Conceito e fundamento.....	573
2.4.2. Requisitos.....	576
2.5. Consentimento do ofendido	576
2.5.1. Considerações gerais	576
2.5.2. Conceito	577
2.5.3. Funções e fundamento	578
2.5.4. Requisitos.....	579
 Capítulo XII – Delito como Ação Culpável	 581
1. Conceito.....	585
2. Evolução dogmática da culpabilidade.....	590
3. Conceito material de culpabilidade.....	599
4. Elementos da culpabilidade	602
4.1. Imputabilidade.....	602
4.1.1. Causas de exclusão da imputabilidade.....	605
4.2. Potencial consciência da ilicitude.....	609
4.3. Exigibilidade de conduta diversa.....	610
5. Teoria do erro.....	615
5.1. Teorias.....	616
5.1.1. Teorias do dolo (esquema causal).....	616
5.1.2. Teorias da culpabilidade (esquema finalista).....	617
5.2. Espécies de erro	619

Capítulo XIII – Etapas da Realização do Delito	624
1. Consumação e tentativa	626
2. Fundamento de punibilidade da tentativa	629
3. Preparação e execução – limites	630
4. Desistência voluntária e arrendimento eficaz.....	634
4.1. Conceito e requisitos.....	634
4.2. Natureza jurídica	636
5. Arrendimento posterior	638
6. Crime impossível (tentativa inidônea)	640
7. Crime impossível e delito putativo.....	643
8. Intervenção predisposta da autoridade e atuação do agente provocador	643
 Capítulo XIV – Sujeitos do Delito – Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	 647
1. Sujeito ativo e passivo.....	650
2. A problemática da responsabilidade penal da pessoa jurídica	650
2.1. Considerações de ordem dogmática e de político-crimal	651
2.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica no direito positivo.....	660
2.2.1. Ordenamentos inglês e norte-americano	660
2.2.2. Ordenamento francês.....	662
2.2.3. Ordenamento espanhol.....	668
2.3. A previsão da responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito brasileiro	670
 Capítulo XV – Concurso de Pessoas	 674
Considerações gerais.....	676
1. Autoria	679
1.1. Requisitos e divisão	680
2. Autoria e coautoria	680
2.1. Conceitos de autor.....	681
3. Participação	689
3.1. Conceito.....	689
3.2. Elementos e espécies de participação	691
4. Punibilidade no concurso de pessoas	693
5. Circunstâncias incomunicáveis	693
6. Atuação em nome de outrem	693
 Capítulo XVI – Unidade e Pluralidade delitiva (Concurso de Delitos).....	 696
1. Sistemas.....	700
2. Concurso material ou real	700
3. Concurso formal ou ideal.....	702

4. Crime continuado.....	703
5. Multa no concurso de delitos.....	707
Capítulo XVII – Graduação do injusto e da culpabilidade – Teoria das Circunstâncias....	708
Considerações gerais.....	709
1. Circunstâncias judiciais.....	711
2. Circunstâncias legais.....	714
2.1. Circunstâncias agravantes.....	714
2.1.1. Reincidência.....	716
2.1.2. Motivo fútil ou torpe.....	717
2.1.3. Conexão – Facilitar ou assegurar a execução, a ocultação ou a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 61, II, <i>b</i> , CP).....	718
2.1.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, <i>c</i> , CP).....	719
2.1.5. Meio insidioso ou cruel – Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum (art. 61, II, <i>d</i> , CP).....	719
2.1.6. Crime contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, <i>e</i> , CP).....	720
2.1.7. Abuso nas relações de dependência, intimidade ou hospitalidade ou com violência contra a mulher – Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, <i>f</i> , CP).....	722
2.1.8. Abuso de poder ou violação de dever – Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, <i>g</i> , CP).....	723
2.1.9. Crime contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, <i>h</i> , CP).....	724
2.1.10. Ofendido sob proteção da autoridade – Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, <i>i</i> , CP).....	725
2.1.11. Calamidade pública ou desgraça particular – Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, <i>j</i> , CP).....	725
2.1.12. Embriaguez preordenada – Em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, <i>l</i> , CP).....	726
2.1.13. Agravantes no concurso de pessoas.....	726
2.2. Circunstâncias atenuantes (art. 65, CP).....	727
2.2.1. Menoridade e velhice – Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (art. 65, I, CP).....	729

2.2.2. Desconhecimento da lei (art. 65, II, CP)	729
2.2.3. Motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, <i>a</i> , CP) ...	729
2.2.4. Arrependimento – Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, <i>b</i> , CP)	730
2.2.5. Coação resistível, cumprimento de ordem de autoridade superior ou influência de violenta emoção (art. 65, III, <i>c</i> , CP)	731
2.2.6. Confissão espontânea – Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, <i>d</i> , CP)	732
2.2.7. Influência de multidão em tumulto – Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, <i>e</i> , CP)	732
3. Causas de aumento e de diminuição de pena	733
4. Qualificadoras	733

TÍTULO III – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO..... 734

Capítulo XVIII – Teoria dos Fins da Pena 734

Considerações gerais.....	737
1. Teorias absolutas.....	738
2. Teorias relativas.....	740
3. Teorias unitárias ou ecléticas	746

Capítulo XIX – Penas Privativas de Liberdade..... 750

Considerações gerais.....	753
1. Sistemas penitenciários.....	757
2. Reclusão e detenção.....	761
3. Princípios de execução penal	762
3.1. Princípio de legalidade	763
3.2. Princípio do devido processo legal	764
3.3. Princípio de humanidade.....	765
3.4. Princípio de jurisdicionalidade.....	766
3.5. Princípios do contraditório e da ampla defesa	767
3.6. Princípio de igualdade	768
3.7. Princípio de individualização da pena.....	769
3.8. Princípio de publicidade.....	770
4. Regimes penais.....	771
5. Regime inicial.....	773
6. Regime especial.....	776
7. Progressão e regressão	776
8. Regime disciplinar diferenciado	780

9. Exame criminológico	780
10. Direitos e deveres do preso.....	782
11. Trabalho prisional.....	784
12. Remição	785
13. Detração.....	787
14. Limite das penas	789
Capítulo XX – Penas Restritivas de Direitos	790
Considerações gerais.....	792
1. Conceito e espécies de penas restritivas de direitos.....	797
1.1. Prestação pecuniária	798
1.2. Perda de bens e valores	800
1.3. Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.....	801
1.4. Interdição temporária de direitos.....	804
1.5. Limitação de fim de semana	808
2. Substituição	809
3. Conversão	811
Capítulo XXI – Pena de Multa	815
1. Conceito.....	817
2. Natureza jurídica	818
3. Antecedentes históricos	819
3.1. Direito Penal grego, romano e germânico.....	819
3.2. Direito Penal medievo	821
3.3. Direito brasileiro.....	821
4. Sistemas de cominação da multa penal	824
4.1. Sistema clássico de multa	824
4.2. Sistema temporal de multa	825
4.3. Sistema de dias-multa	826
5. Tratamento da pena de multa no Código Penal.....	828
Capítulo XXII – Determinação da Pena.....	831
Considerações gerais.....	833
1. Determinação da pena.....	835
1.1. Conceito e sistemas	835
1.2. Individualização legal, judicial e executória	836
2. Fixação da pena	839
2.1. Pena privativa de liberdade	842
2.2. Pena de multa.....	845

Capítulo XXIII – Suspensão Condicional da Pena	847
Considerações gerais.....	848
1. Conceito e natureza jurídica	849
2. Sistemas.....	850
3. Requisitos.....	851
4. Espécies.....	852
5. Condições	853
6. Período de prova.....	854
7. Revogação.....	854
8. Prorrogação	856
9. Extinção	856
Capítulo XXIV – Livramento Condicional	857
Considerações gerais.....	858
1. Conceito e natureza jurídica	859
2. Requisitos.....	860
3. Concessão	863
4. Condições	863
5. Revogação.....	864
6. Prorrogação	866
7. Extinção da pena	866
Capítulo XXV – Efeitos da Condenação e Reabilitação.....	867
1. Efeitos da condenação.....	868
1.1. Conceito.....	868
1.2. Efeitos secundários penais	868
1.3. Efeitos secundários extrapenais.....	869
1.3.1. Genéricos	869
1.3.2. Específicos	871
2. Reabilitação	873
2.1. Conceito.....	873
2.2. Condições.....	875
2.3. Requisitos	876
2.4. Efeitos.....	876
2.5. Revogação.....	877
Capítulo XXVI – Medidas de Segurança.....	878
Considerações gerais.....	880
1. Conceito.....	882

2. Natureza jurídica	883
3. Pena e medida de segurança	884
4. Sistemas.....	885
5. Princípios gerais.....	886
6. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	887
6.1. Prática de fato punível	887
6.2. Periculosidade do autor	887
6.3. Ausência de imputabilidade plena	888
7. Espécies.....	888
7.1. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	888
7.2. Tratamento ambulatorial.....	889
8. Locais de internação e tratamento	890
9. Duração das medidas de segurança	890
9.1. Início da execução	890
9.2. Prazo mínimo	890
9.3. Prazo máximo	890
10. Exame de verificação da cessação de periculosidade.....	892
11. Desinternação ou liberação condicional	892
12. Medida de segurança substitutiva	893
12.1. Semi-imputabilidade.....	893
12.2. Superveniência de doença mental.....	893
12.3. Duração da medida de segurança substitutiva	893
13. Extinção da punibilidade e medidas de segurança	893
14. Direitos do internado	894
TÍTULO IV – PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO.....	895
Capítulo XXVII – Condições Objetivas de Punibilidade e Escusas Absolutórias.....	895
Considerações gerais	896
1. Condições objetivas de punibilidade	896
1.1. Definição e natureza jurídica.....	897
1.2. Enumeração e efeitos	898
2. Escusas absolutórias	899
2.1. Conceito e denominação	900
2.2. Natureza jurídica	901
3. Escusas absolutórias e condições objetivas de punibilidade.....	901
4. Comportamento pós-delitivo positivo	902
Capítulo XXVIII – Causas de Extinção da Punibilidade.....	905
Considerações gerais.....	906
1. Morte do agente.....	907

2. Anistia, graça e indulto	908
3. <i>Abolitio criminis</i>	909
4. Renúncia	909
5. Perdão do ofendido	910
6. Perdão judicial	911
7. Retratação	913
8. Decadência e preempção	913
9. Prescrição	915
9.1. Prescrição da pretensão punitiva	915
9.2. Prescrição da pretensão executória	919
9.3. Prescrição superveniente	920
Capítulo XXIX – Ação Penal	922
1. Ação penal: conceito e fundamento	924
2. Espécies de ação penal	926
2.1. Ação penal pública	928
2.1.1. Ação penal pública incondicionada	928
2.1.2. Ação penal pública condicionada	928
2.2. Ação penal nos delitos praticados em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município	931
3. Princípios da ação penal pública	931
3.1. Princípio de oficialidade	931
3.2. Princípio de indisponibilidade	931
3.3. Princípio de obrigatoriedade	932
3.4. Princípio de indivisibilidade	932
3.5. Princípio de intranscendência	933
4. Ação penal privada subsidiária da pública	933
5. Ação penal privada	936
6. Princípios da ação penal privada	937
6.1. Princípio de oportunidade ou de conveniência	937
6.2. Princípio de disponibilidade	938
6.3. Princípio de indivisibilidade	938
6.4. Princípio de intranscendência	938
7. Ação penal nos crimes complexos	938
8. Ação penal e Juizados Especiais Criminais	940
9. Súmulas	942
Bibliografia Geral	943
Índice Alfabético-Remissivo	981